



CORPO DE DELITO

A justiça, manual de terrorismo argumentativo

No meio da vozeria perde-se de vista o que estava em causa e fica-se pela teoria da conspiração, pelo processo de intenções, quando não mesmo pelo ataque rasteiro



Rui Patrício

Creio que nunca como hoje se discutiu tanto o nosso sistema de justiça. Nada contra, antes pelo contrário, já que a democracia precisa de discussão como a boca precisa de pão, e discutir sobre a justiça é duplamente democrático, porque se trata de discutir sobre um pilar essencial da soberania – por sinal, o único que não é eleito –, pelo que discuti-la e escrutiná-la é muito saudável. Até aqui, tudo vai bem, e ainda melhor vai considerando que eu me pelo por assistir ou por participar numa boa discussão sobre a justiça. O problema é que, salvo melhor opinião (como se costuma dizer), na maior parte das vezes, as discussões não são boas, se é que são sequer discussões. Quem sou eu para as classificar? Ninguém, como diria o outro. Mas tenho opinião, peço vénia, e cá vai ela. Muitas vezes – a maioria, creio (embora não tenha feito uma estatística) –, não se consegue discutir nada porque alguém opina ou sugere ou critica alguma coisa e a seguir, em vez de se analisar o que foi dito e contraditar ou apoiar ou desenvolver (consoante o que esteja em causa), vêm logo dois ou três, ou mesmo um coro, gritar que fulano que o disse está é a soldo de certos

O problema é que, salvo melhor opinião (como se costuma dizer), na maior parte das vezes, as discussões não são boas, se é que são sequer discussões

interesses, ou quer é atingir o obscuro objetivo x ou y, ou afinal o que pretende é proteger este ou atacar aquele. E no meio da vozeria perde-se de vista o que estava em causa e fica-se pela teoria da conspiração, pelo processo de intenções, quando não mesmo pelo ataque rasteiro ou reles *ad hominem*. Isto não é discutir, é largar bombas (potentes, médias ou simplesmente de mau cheiro) para evitar a discussão. É terrorismo, na verdade, e tem os seus especialistas. E é nisto que andamos muitas vezes. Nisto e noutra coisa tão ou mais grave, que também constitui uma forma de terrorismo argumentativo: que é dizer que fulano até pode ter dito uma coisa acertada, normalmente uma crítica ou uma sugestão de mudança, mas que o que ele critica ou sugere que se mude é um mal necessário para atingir um fim bom. O exemplo mais frequente é o da violação do segredo de justiça (sim, outra vez este tema hard-core primeiro escalão). Há quem diga, com descarado cinismo (sobretudo quando são utentes da violação com cartão de passageiro frequente): “Pois é, tem V. Exa. razão, isto não devia ser assim, até dá pena, mas tem de ser, porque senão não se conseguia apanhar a corja, está a ver? E o que é preciso é dar cabo deles sejam quais forem os meios, se os fins forem elevados, etc.” E assim vamos. O que é pena, para não dizer que é uma desgraça. Sobretudo quando é tão importante discutir as coisas com elevação, firmeza, educação, equilíbrio e desassombro, sem rasteiras e sem truques. Como fez, por exemplo, o senhor presidente do STJ em entrevista ao “DN” há algumas semanas. Trata-se de pessoa que sempre admirei, e assim continuo. E espero bem que a entrevista não tenha passado despercebida no meio da gritaria e dos estampidos do terrorismo argumentativo que por aí campeia. Aquilo sim, é discutir e é serviço democrático.

Escreve quinzenalmente
à sexta-feira